

# SUMÁRIO

Prefácio.....	15
Introdução .....	17

## CAPÍTULO 1

### A saúde como direito prioritário da pessoa idosa

1. A pessoa idosa e sua vulnerabilidade .....	23
2. O idoso e o exercício dos seus direitos de personalidade .....	37
3. A saúde: direito prioritário da pessoa idosa.....	55

## CAPÍTULO 2

### Enunciados normativos assecuratórios de direitos à pessoa idosa: da Constituição de 1824 ao Estatuto do Idoso

1. Os direitos da pessoa idosa nas constituições brasileiras de 1824 a 1988.....	79
2. Princípios cardeais do Estatuto do Idoso.....	85
3. Análise comparativa dos princípios assegurados à criança, ao adolescente e ao idoso no ordenamento jurídico brasileiro.....	112
1ª Variável: Disposições constitucionais .....	114
a. Atribuições especiais em virtude da vulnerabilidade .....	114
b. O princípio do melhor interesse das crianças, dos adolescentes e dos idosos .....	114
c. O subprincípio da absoluta prioridade de crianças e adolescentes ...	115
d. O direito à acessibilidade como expressão do princípio do melhor interesse das crianças, dos adolescentes e dos idosos .....	116
e. O direito ao cuidado como expressão do princípio do melhor interesse das crianças, dos adolescentes e dos idosos .....	117

**2ª Variável: Disposições infraconstitucionais** ..... 118

- a. Legislações específicas em função da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos ..... 118
- b. O princípio do melhor interesse das crianças, dos adolescentes e dos idosos ..... 118
- c. O subprincípio da proteção integral das crianças, dos adolescentes e dos idosos ..... 118
- d. O subprincípio da absoluta prioridade outorgado às crianças, aos adolescentes e aos idosos ..... 120

3.1 Análise civil-constitucional dos princípios assegurados às crianças, aos adolescentes e aos idosos ..... 123

**CAPÍTULO 3**

**A saúde da pessoa idosa como direito fundamental e o papel do Estado na sua consecução**

1. Notas sobre a historicidade dos direitos fundamentais ..... 127

2. A saúde: direito fundamental e exigível ..... 132

3. Atribuições do Estado na consecução do direito à saúde da pessoa idosa ..... 163

**CAPÍTULO 4**

**A saúde da pessoa idosa prestada pela iniciativa privada**

1. A eficácia horizontal do direito fundamental à saúde ..... 183

2. A lesão em contratos de plano de saúde realizados com o consumidor idoso: hipóteses de incidência e análise de casos ..... 204

3. Da mutualidade dos contratos de seguro ao princípio da solidariedade nos contratos de plano de saúde realizados com pessoas idosas ..... 215

- 3.1 Os reajustes das prestações pecuniárias pagas pelo consumidor idoso ..... 227

4. A autonomia privada numa perspectiva funcional ..... 233

5. O princípio da boa-fé objetiva como dever de informar o consumidor idoso ..... 244

## CAPÍTULO 5

### A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso como precursores de movimentos democráticos a serem desenvolvidos no Estado brasileiro em prol dos direitos da pessoa idosa

1. O exercício da cidadania do idoso no estado democrático de direito..	251
2. O modelo democrático no Brasil pós-regime ditatorial e os direitos fundamentais da igualdade, da liberdade e da solidariedade na Constituição da República brasileira de 1988.....	268
3. Instrumentos para assegurar a eficácia social dos direitos da pessoa idosa.....	285
3.1 As ações afirmativas.....	285
3.2 As ações coletivas.....	297
Conclusões.....	307
Referências.....	327